

IX CV Congreso de Cs Económicas. Congreso de Administración del Centro de la Rep. VI Encuentro Internacional de Administración del Centro de la Rep. "Las Ciencias Económicas en Tiempos de Crisis. IAPCS UNVM, VILLA MARIA, 2020.

# **Sucessão de tempos: percepções de estudantes de Ciências Econômicas sobre a pandemia de Covid-19.**

Ana Luiza Triques Moraes, Luiz Gustavo Couto Gomes y Mucio Tosta Gonçalves.

Cita:

Ana Luiza Triques Moraes, Luiz Gustavo Couto Gomes y Mucio Tosta Gonçalves (2020). *Sucessão de tempos: percepções de estudantes de Ciências Econômicas sobre a pandemia de Covid-19*. IX CV Congreso de Cs Económicas. Congreso de Administración del Centro de la Rep. VI Encuentro Internacional de Administración del Centro de la Rep. "Las Ciencias Económicas en Tiempos de Crisis. IAPCS UNVM, VILLA MARIA.

Dirección estable:

<https://www.aacademica.org/ix.congreso.de.administracion.del.centro.de.la.rep.v.congreso.de.cs.economicas/30>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/ebdC/OQY>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.  
Para ver una copia de esta licencia, visite  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite:*  
<https://www.aacademica.org>.

## **Sucessão de tempos: percepções de estudantes de Ciências Econômicas sobre a pandemia de Covid-19**

**Línea Temática:** 12. Otros temas del ámbito de las Ciencias Económicas

Moraes, Ana Luiza Triques - Universidade Federal de São João del Rei, *Campus Tancredo Neves*, São João del-Rei, MG, Brasil - analuizaufsj@gmail.com

Gomes, Luiz Gustavo Couto - Universidade Federal de São João del Rei, *Campus Tancredo Neves*, São João del-Rei, MG, Brasil - gustavo\_couto@live.com

Gonçalves, Múcio Tosta - Universidade Federal de São João del Rei, *Campus Tancredo Neves*, São João del-Rei, MG, Brasil – mucio@ufs.edu.br

**Palabras clave:** Juventude; Ciências Econômicas; Covid-19.

A juventude é a fase da vida das pessoas durante a qual se formam muitas das convicções que elas levarão ao longo das suas vidas adultas. Por isto, as condições sociais nas quais alguém vive a juventude como tal, determinam parte importante da forma como o adulto pensará a sua relação com o mundo e com a comunidade ao seu redor.

A juventude guarda em si alguns paradoxos, como em qualquer geração, mas alguns são talvez mais destacados, por referirem-se à consciência social que emerge – ou explode – após a saída da infância. Assim, destruir para reconstruir, romper com a *doxa* dominante e desenvolver traços culturais unitários, excluídas obviamente as diferenças sociais, são traços paradoxais que marcam a juventude.

Mas isso não significa que ser jovem é ser único, pois as diferenças fazem parte da constituição não apenas das gerações, mas das situações e condições sociais, tal como o pertencimento às classes sociais distintas e, de um ponto de vista micro analítico, de um gênero. Portanto, é fundamental reconhecer as diferenças (LORDE, 1984) – ainda mais que, conforme argumenta Bourdieu (1983, p. 112), “[...] as divisões entre as idades são arbitrárias”.

Conforme sugere Pais (1990):

Se as culturas juvenis aparecem geralmente referenciadas a conjuntos de crenças, valores, símbolos, normas e práticas que determinados jovens dão mostras de compartilhar, o certo é que esses elementos tanto podem ser próprios ou inerentes à fase de vida a que se associa uma das noções de «juventude», como podem, também, ser derivados ou assimilados: quer de gerações precedentes (de acordo com a corrente

geracional da sociologia da juventude), quer, por exemplo, das trajectórias de classe em que os jovens se inscrevem (de acordo com a corrente classista) (PAIS, 1990, p. 140)

Assim é que, fugindo das interpretações próprias do senso comum (que ressaltam o vigor e a novidade como atributos da juventude), é importante entender que as formas pelas quais uma certa “cultura juvenil” é socialmente representada – supostamente consumista, desencantada, passiva – não são necessariamente interpretações verdadeiras do que é ser jovem, pois o “[...] apego dos jovens aos ‘santuários do quotidiano’” pode apontar para um “reencantamento” da vida (PAIS, 1990, p. 145). Segundo o mesmo autor, “[...] a noção de juventude somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a vida adulta, se começou a verificar o prolongamento dos tempos de passagem que hoje mais caracterizam a juventude” (PAIS, 1990, p. 148).

Considerando os argumentos do autor, é possível considerar que a aparente unidade característica da juventude (uma fase da vida do indivíduo) contrapõe-se à distinção ou diversidade que caracteriza a vida (do) jovem. A juventude, nesse sentido, é um processo existencial e social, pelo qual as trajetórias biográficas destes sujeitos permitam combinar acontecimentos individuais e históricos (PAIS, 1990).

Para Melucci (1996), a compreensão da ação juvenil requer tanto uma perspectiva macrosociológica quanto, simultaneamente, a consideração das experiências individuais na vida diária. Isso implica dizer que a juventude não é mais apenas uma condição biológica, mas uma definição cultural. Se o jovem acredita que tudo pode, acredita na mudança, ele se depara com a frustração e perda de motivação em viver a realidade com o passar do tempo e a “entrada” na vida adulta. O tempo dessa passagem, assim, surge como possibilidade e como limitação: a questão é que “Um tempo de possibilidades excessivas torna-se possibilidade sem tempo, isto é, simplesmente um mero fantasma da duração, uma chance fantasma” (MELUCCI, 1996, p. 10).

Peralva (1997) argumenta que a juventude é uma fase particular da vida culturalmente construída e, também, uma categoria institucional. Vale dizer: ser jovem é pertencer a uma ordem social, na qual e por meio da qual o sentido da juventude é também socialmente construído.

Assim, descreve-se a juventude, desde meados do século XX, como sendo cada vez mais subversiva, questionadora dos valores das gerações anteriores e da ordem econômica, política e social vigente.

Um exemplo disso é o movimento *hippie*, que surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos da América, que tinha como bandeiras principais a não violência, críticas à guerra do Vietnã (1955-1975), apoio ao movimento pelos direitos civis e às lutas contra a discriminação racial, a transformação da imagem das mulheres e a libertação sexual. Outro movimento importante para entender a juventude no século XXI é o *punk*. Surgido nos anos 1970 num contexto de ascensão do conservadorismo, recessão econômica, falta de liberdades e desesperança, o movimento foi formado principalmente pela juventude pobre, com um nítido aspecto de classe.

Como aponta Cardoso (2005), a característica predominante desses movimentos, seja do ponto de vista político ou contracultural, foi a transgressão em relação aos valores socialmente dominantes estabelecidos. Para Gallo (2008), a insurgência juvenil produziu insatisfação social, econômica e política, utilizando a música como linguagem e elemento identitário. Mais tarde, tais movimentos teriam representação no discursos e na ação anarquista e no socialista.

Como argumenta Peralva (1997), o forte apelo antiburguês de meados do século XX permitiu ações que combinaram a tradição boêmia, o radicalismo estudantil e a tradição delinquente, incidentes sobre distintos campos de prática social. Porém, como qualquer ordem social é, simultaneamente, moral e normativa, e o desvio é inscrito no interior das relações sociais, deve-se registrar que:

[...] a delinqüência propriamente juvenil inexistente em áreas fortemente controladas por uma criminalidade adulta estável, de tipo profissional e com capacidade de integração do jovem nas práticas criminosas. Embora a delinqüência do jovem esteja presente, ela perde nesse contexto sua dimensão juvenil estrito senso (PERALVA, 1997, p. 19).

A questão apontada pela autora é que a idealização da juventude como momento próprio da contestação requer que se pense o jovem imerso em teias de relações sociais que são cronológica e historicamente construídas. Assim, segundo ela, “[...] a cristalização geracional se dissolve pela dissolução da oposição entre o passado e o futuro. O futuro se torna presente e absorve o passado” (PERALVA, 1997, p. 21).

Dessa forma, a vivência jovem das transformações que se produzem ao longo do tempo sobre sua inserção no mundo são provavelmente as mais importantes mudanças socioculturais que afetam a percepção tanto do que é a juventude, quanto da juventude sobre si mesma.

Nos processos de transformação cotidiana da vida social, existem perdas e ganhos. Peralva (1997), sugere que talvez seja no campo das relações de trabalho que tal percepção e representação da vida social seja mais visível, sobretudo se a “ação sistemática do Estado” contribuiu decididamente para institucionalizá-las.

Mesmo com o avanço tecnológico ocorrido a partir da invenção da Internet, que possibilitou a troca de informações quase instantânea de acontecimentos no globo terrestre, e apesar das lutas da juventude no século XXI, a condição de inserção do jovem na sociedade ainda não parece tão diferente da do século passado. A geração atual é marcada pela insatisfação política e pela falta de perspectiva de um futuro que represente os seus ideais comuns, inclusive por causa do desemprego, que tem se tornado estrutural.

No caso do Brasil, de acordo com o IBGE, a taxa de desocupação dos jovens entre 18 e 24 anos foi de 23,8% no quarto semestre de 2019. Tal grau de desocupação lança os jovens na vulnerabilidade, uma vez que eles não possuem segurança financeira, estando à própria sorte.

Com a pandemia causada pelo Sars-Cov-2 no ano de 2020, esses jovens se encontram numa situação ainda mais desoladora. No Brasil, o cenário de recessão econômica, desemprego crescente e aumento das desigualdades faz com que os estejam, mais uma vez, desvalorizados, excluídos da construção de projetos nacionais e desprezados no âmbito econômico.

Como a juventude se organizará e quais serão as formas da sua resistência são configurações a serem analisadas para se perceber o lugar da juventude no século XXI. Conforme ressaltou Peralva (1997): “Enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir” (PERALVA, 1997, p. 23).

Assim, cabe refletir sobre como a geração que vem passando seus anos de juventude enfrentando recessões econômicas, crises políticas, crises ambientais e uma pandemia reagirá no presente e no futuro (BRASIL, 2014).

Portanto, é importante pensar as formas pelas quais a juventude se manifestará no século iniciado pela pandemia, o qual, apesar de “novo”, continua marcado pelas desigualdades e sua acentuação. O que é ainda mais relevante quando se sabe que a juventude, no caso brasileiro, tem sido destinatária preferencial de políticas públicas voltadas para a proteção social, inserção profissional, combate à violência e participação cidadã desde o início do século XX (BRASIL, 2014).

A aparente dedicação de fundos públicos para os jovens, contudo, não eliminou alguns paradoxos que, no século XXI, caracterizam a sua existência, a saber:

1. Muito acesso à informação e pouco acesso ao poder.
2. Maiores expectativas de autonomia e menor quantidade de opções para materializá-la.
3. Expectativas de autodeterminação e protagonismo e vivência de situações de precariedade e desmobilização.
4. Ocupação de um lugar ambíguo entre os receptores de políticas e protagonistas da mudança.
5. Maior expansão do consumo simbólico e grande restrição do consumo material.
6. Maior acesso à educação e menor acesso ao trabalho decente, com “desvalorização educativa”.
7. Maior identificação “para dentro” (entre jovens) e maior impermeabilidade “para fora” (entre jovens e adultos) no interior das instituições escolares (BRASIL, 2014).

Deve-se lembrar que os jovens, ainda que possam ser de alguma forma “sujeitos em preparação”, não podem ter sua existência e seu futuro condicionados à lógica da ação que vem dos adultos; mesmo porque deve-se considerar os jovens como sujeitos capazes de formular objetivos individuais e coletivos, comunicando e defendendo publicamente a legitimidade dos seus interesses e necessidades, bem como demandas específicas - tais como educação com qualidade, oportunidades de trabalho digno e criativo, acesso aos bens culturais e condições para produção artística, segurança e valorização da diversidade, cuidado com o meio ambiente, acessibilidade a serviços de transporte, saúde pública e moradia, consolidação de canais para a participação na elaboração, avaliação e acompanhamento de programas e ações públicas (BRASIL, 2014).

### **Educação: respostas e desafios em tempos de pandemia**

Ainda que com suas muitas limitações, sabe-se que uma forma de organização e de resistência é a educação, aquela que liberta, apropriando as palavras de Paulo Freire. Para ele, a prática educacional pode propiciar a construção de uma consciência crítica, pois ela é uma “prática da liberdade”, isto é, “[...] o meio através do qual homens e mulheres lidam crítica e criativamente com a realidade e descobrem como participar da transformação de seu mundo” (FREIRE, 1973).

Educação é aquela ação que faz alguém sair da zona de conforto e da alienação – o que só é possível se ela for um “processo de aprendizagem contínuo”. Não é isso, contudo, que o senso comum entende, remetendo a questão à escola.

A educação é o instrumento que, muitas vezes, possibilita escolhas éticas, filtragem de informações, percepção da história e contextos, ascensão social, o desenvolvimento da empatia, mais propriedade na fala e, é claro, a noção da ignorância. Quanto mais estudamos, percebemo-nos e enxergamos o outro; e, também, impactamo-nos com a descoberta de quanto conhecimento não temos, e quanto dele nos falta.

Quanto à escola, ela tem sido o local que a maioria das pessoas relaciona à busca por informações e à transformação delas em conhecimento. Conforme a tecnologia se torna mais acessível na rotina da população, mais fácil é obter informações – inclusive sem a necessidade de se recorrer à sala de aula ou ao papel.

Portanto, educação e escolarização não tem o mesmo significado. Como argumentam Peregrino, Pinheiro e Souza (2018), no caso brasileiro, a ampliação do acesso à escola ocorreu por meio de um “arranjo perverso”: os ganhos de escolaridade dão-se em um período de extrema fragilização do mundo do trabalho. Isso é ainda mais grave quando se sabe que a partir dos 18 anos de idade, a predominância do trabalho sobre a escola é praticamente um fato, ao menos para aqueles que pertencem à classe trabalhadora.

Assim, o tema é ainda mais relevante quando se sabe que a pandemia coloca em xeque o acesso à educação para muitos, especialmente os mais jovens. Ela gera a percepção de privilégios e a importância direta de cada área de estudo no combate ao vírus: a da saúde, na linha de frente e nos laboratórios; a das ciências exatas, no desenho de estratégias de construção de aparelhos; as da economia e da política, quanto à tomada de decisões, elaboração de políticas públicas, combate à desigualdade, apuração de acesso a métodos de prevenção e combate ao vírus.

No momento da incerteza e das ansiedades provocadas pela pandemia, as escolas se fecharam – o que foi importante para ajudar na contenção do vírus e evitar a exposição a ele das pessoas que nelas estudam, trabalham e circulam. Esta decisão abalou e abala social, econômica e afetivamente os lares daquelas e daqueles que precisam ficar em casa para cuidar da família. Afetou, também, os empregos e o consumo. Debilitou os processos de tomada de decisão governamentais usuais, mostrando que os investimentos em saúde, infraestrutura e educação são inversamente proporcionais ao caos.

Pressupomos, pois, que juventude e educação são duas dimensões importantes para o enfrentamento da atual situação de emergência de saúde pública provocada pelo surto de novo coronavírus e dos seus não conhecidos desdobramentos.

### **Percepções da pandemia entre jovens estudantes de Economia no Brasil**

Para tentar entender um pouco como a juventude, especialmente a que tem acesso à educação superior, tem se comportado face à pandemia, realizamos um levantamento de informações, que contou com a colaboração de um grupo de quatorze estudantes de cursos de Graduação (Bacharelado) em Ciências Econômicas, incluindo os dois que são autores do ensaio, e de outro grupo formado por nove estudantes de cursos de Pós-Graduação (Mestrado ou Doutorado) na área.

Para os objetivos da descrição e da análise das informações coletadas, o primeiro grupo de estudantes será doravante denominado “GCE”, e o segundo, “PGE”.

A seleção desse grupo foi feita pelo critério de acessibilidade. A intenção foi a de obter indicações qualitativas sobre percepções de angústias e de esperanças de jovens que são estudantes universitários na área das Ciências Econômicas no Brasil.

As e os estudantes responderam a um questionário. Todas/os foram informadas/os dos objetivos do levantamento de informações, conforme um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com o qual concordaram.

Conforme as respostas obtidas, o grupo “GCE” tem pessoas com idades entre 18 e 27 anos, é igualmente dividido entre mulheres e homens, com a maior parte tendo nascido nas regiões Sudeste (nove) e Nordeste (três) do país.

No caso do grupo “PGE”, os nove respondentes possuem idades entre 23 e 46 anos. Seis são do gênero masculino e três do feminino, e são naturais de dois estados da região Sudeste do país (São Paulo e Minas Gerais).

A maioria (64%) dos que compõem o “GCE” não trabalha e nem desenvolve qualquer atividade econômica que proporcione rendimentos próprios. Dos que trabalham como assalariados, 60% recebe até dois salários mínimos. De todo modo, mais de 70% dependem financeiramente da família.

Dos estudantes componentes do “PGE”, apenas um, do gênero masculino, informou trabalhar como assalariado, com um rendimento mensal de U\$265.66 (ao câmbio de 02/10/2020). Nenhum deles controla ou dirige empreendimentos econômicos



de qualquer natureza. Cinco declararam depender financeiramente dos pais e/ou de outro(s) provedor(es) da família.

Pouco mais de um terço dos respondentes do “GCE”, dentre quem respondeu, mora com os pais e avós, e uma mesma quantidade mora em habitações coletivas não familiares. Quanto aos que compõem o “PGE”, um terço reside com os pais e avós, outro terço reside em habitação coletiva não familiar (pensão, república etc.), e o restante reside com a/o cônjuge ou parceira/o, sozinho e noutra situação, cada um.

A maioria (78%) dos estudantes do “GCE” utiliza dispositivos eletrônicos para a comunicação e a interação social em redes de serviços sociais (WhatsApp®, Instagram® e Twitter®). As outras formas citadas de aproximação social, especialmente com amigas e amigos, são os encontros em bares (28%) ou em casa (21%) e, por fim, outros espaços culturais e de lazer.

No “PGE”, as formas de comunicação e interação social mais utilizadas e preferidas eram encontros e conversas presenciais na própria casa, na de amigos e/ou na Universidade (citado nove vezes), aplicativos de comunicação (WhatsApp®, Twitter®, citados seis vezes), bares (citado três vezes). Foram citados uma vez, cinema, conversas telefônicas, esportes ao ar livre, eventos de forró, festas, restaurantes, viagens e visitas regulares à família.

A partir da decisão de adoção de medidas de distanciamento social, essas formas de comunicação mudaram para mais da metade das e dos estudantes do “GCE” que responderam ao questionário. Para essas e esses jovens, os contatos sociais diminuíram, especialmente pela substituição dos encontros presenciais pelos virtuais, o que alguns não estavam habituados a fazer.

Apenas uma estudante do grupo “PGE” afirmou que não houve mudança nas suas formas preferencialmente utilizadas de comunicar-se após a pandemia. Dentre as e os que responderam ter ocorrido mudanças, a maioria revelou que passou a se comunicar mais à distância, usando apenas ou mais intensamente as redes sociais (e-mail, aplicativos de comunicação, vídeo chamadas, plataformas digitais, citados sete vezes). A interrupção de viagens e visitas, a redução do número de encontros pessoais presenciais, o aumento das ligações telefônicas, bem como a participação em aulas remotas foram outras modificações citadas.

Quanto às condições socioeconômicas dos jovens estudantes que compõem o “GCE”, para a maioria (78%) ela manteve-se boa e idêntica à que existia anteriormente à pandemia. Para os restantes, a situação piorou.

Quanto à condição socioeconômica dos incluídos no “PGE”, no presente momento, quatro reafirmaram depender de recursos financeiros familiares. Para três, a ajuda familiar é combinada com a percepção de bolsa de estudos, o que garante a manutenção. Seis revelaram uma condição boa, satisfatória ou estável, levando em consideração os respectivos padrões de consumo.

Uma das principais questões relacionadas à alteração na forma das relações sociais durante a pandemia é a adaptação da mente à nova realidade, principalmente daqueles que estão cumprindo o isolamento social.

No tocante aos que compõem o denominado “GCE”, apenas um declarou ter piorado as suas condições de saúde física, e seis (43%) revelaram que a saúde mental – de todos os membros da família - foi a mais afetada, com problemas de ansiedade e desânimo decorrentes do isolamento social.

No outro Grupo, o dos estudantes de pós-graduação, sete (78%) informaram que as condições de saúde física mantêm-se boas (entre satisfatória e ótima). Apenas um declarou que a situação dele e da mãe é de vulnerabilidade, por pertencerem a grupos de risco, e outro declarou que uma parente de quarto grau colateral foi acometida pela Covid-19, mas recuperou-se. Para 44% das/dos respondentes desse Grupo, a saúde mental foi também mais afetada, com problemas relacionados a surtos de ansiedade, desânimo, aumento de estresse, irritabilidade, medo e medo do desemprego.

Quanto à escolha do curso de Ciências Econômicas, as respostas dadas pelos que compõem o “GCE” indicam que quase todas e todos a fizeram por conta da perspectiva de obter uma visão ampla, sistêmica e analítica do mundo, associado às suas habilidades e preferências pela história, matemática, política e geografia. Para dois, o tema da distribuição e da desigualdade foi importante na definição.

As razões alegadas para a escolha de estudar Ciências Econômicas e/ou de ter continuado a estudar no mesmo campo na pós-graduação, pelos que compõem o “PGE”, foram as seguintes: a possibilidade de refletir criticamente sobre os problemas de nossa realidade econômica e social; a compreensão das relações sociais, políticas e econômicas humanas; a questão das transformações sociais; e a expansão da compreensão teórica de fenômenos econômicos.

Quase dois terços dos componentes do denominado “GCE” estudam na UFSJ, e a maioria (64%) está cursando o sexto e o sétimo períodos dos seus cursos. Dentre os que compõem o “PGE”, eles e elas cursam Mestrado ou Doutorado em cursos da área da Economia na Universidade Federal de Minas Gerais (dois), na Universidade Federal de

Viçosa (dois), na Universidade Federal de São Paulo (um), na Universidade Estadual de Campinas (um) e na Universidade Federal de São João del Rei (três).

Todos os entrevistados do “GCE” percebem nas Ciências Econômicas um instrumento útil para mensurar os impactos causados pela pandemia, e a partir disso propor soluções eficazes e compatíveis com a realidade de cada região. Destacam-se as respostas que apontam que os economistas podem contribuir para auxiliar na decisão sobre as alternativas para o crescimento econômico e para a diminuição da pobreza, na busca por meios de recuperação econômica, na construção de políticas públicas (especialmente de saúde) e planos, na reparação de danos sofridos pelo mercado e na garantia da sustentabilidade socioeconômica.

Todas e todas do “PGE” responderam que o estudo de Ciências Econômicas pode auxiliar a encontrar alternativas para os desafios pós pandemia. Isso decorre da capacidade que os economistas possuem para analisar as relações sociais, a desigualdade e a pobreza, o emprego e a renda, as dinâmicas econômicas setoriais, bem como para pensar e executar o planejamento estatal.

Dois respondentes deste último grupo, porém, chamaram a atenção para o fato que é necessário pensar e repensar o papel da Universidade e das Ciências Econômicas diante dos desafios impostos pela pandemia.

Nota-se acentuado pessimismo em relação ao futuro por parte de todos as e os estudantes respondentes ao questionário, porém. Duas questões foram as mais pontuadas pelos que compõem o “GCE”: o aprofundamento da recessão econômica e a acentuação das desigualdades sociais. Assim, os futuros economistas apontaram a ação do Estado como importante para minimizar os impactos causados pela pandemia, por meio de políticas públicas de incentivos ao investimento ou por investimento direto do Estado. A alta taxa de desemprego também foi apontada como um dos desafios a serem enfrentados após a pandemia, atrelado à queda da renda e do consumo.

A maioria (89%) dos respondentes do grupo “PGE” apontou perspectivas pessimistas. Para elas e eles, sem um tratamento eficaz e sem a intervenção do Estado, haverá decréscimo, impossibilidades para crescer e gerar empregos - com pior resultado para os pobres e deterioração da situação político-social nacional (aumento da violência, perda de direitos, aprofundamento da incapacidade de ação governamental, dentre outras).

Mesmo assim, a maioria dos estudantes de ambos grupos acreditam que é possível construir alternativas para enfrentar os desafios no futuro – o que leva a pensar que

(novas) soluções para a economia dependem de como o ensino de economia se adequará às condições deste “novo tempo”.

Por estarmos em uma situação emergencial e criada em meio a uma surpresa, as/os estudantes do grupo “GCE” parecem estar, ainda, sem um direcionamento quanto ao que vai acontecer com suas escolas e professores. As e os respondentes pontuaram que o estudo da economia será mais importante, já que após (?) a pandemia poderá surgir uma maior vontade de compreender os processos econômicos.

A respostas dadas pelos estudantes de Bacharelado em Ciências Econômicas sugerem que o foco dos Cursos deverá levar em conta o cenário atual e a importância da ação econômica como parte da busca de soluções do problema. Um importante elemento apontado foi que, talvez, seja necessária uma atualização no currículo, para que se treine de forma mais eficiente os estudantes para a análise da realidade.

Ademais, tais jovens acreditam que o ensino de economia deve ser disseminado de melhor forma, levando melhor a informação para a população, para que assim seja possível despertar maior interesse.

Para aquelas e aqueles que compõem o “PGE” e que responderam à questão, três enfatizaram que o ensino de economia deve superar as limitações do arcabouço teórico *mainstream* em Economia, levando em conta as suas limitações metodológicas, enquanto dois ressaltaram que as perspectivas para o curso são boas, pela maior exposição dos debates sobre assuntos econômicos – o que pode contribuir para aumentar a demanda pelo Curso.

Com a paralisação do ensino na modalidade presencial, muitas e muitos estudantes estão tendo aulas remotamente. Assim, devido a essa brusca mudança no modo de ensino-aprendizagem, alguns aspectos foram pontuados em relação a eficiência desse modo de aula por outros quatro respondentes do mesmo “PEC”. A percepção de alguns dos respondentes sobre o tema é de que a distância é prejudicial para a formação crítica, como aponta um dos relatos:

Vídeo aulas são menos produtivas que aulas presenciais; fomentam em menor intensidade o pensamento crítico construído na relação aluno-professor; os programas de capacitação para professores lidarem com esse novo contexto digital não foi inclusivo, muito menos eficiente; o cansaço é maior (para um mesmo nível de renda entre bolsistas e professores).

A partir desse conjunto de informações e de opiniões, na próxima seção serão apontadas algumas considerações conclusivas.

### **À guisa de (uma primeira) conclusão**

Os jovens se sentem, muitas vezes, indignados com o mundo e acreditam na mudança. Os olhos e mentes estão menos condicionados a aceitarem os problemas e mais aptos a partirem para soluções. Mas seria ingênuo fazer uma análise do ponto de vista geracional sobre os impactos da pandemia quando se sabe que existem diferenças significativas de acesso à informação e saúde entre as classes sociais.

Com a pandemia, as rotinas mudaram e as formas de interação social também. E, se os jovens são manipulados e manipuláveis, a facilidade de se envolverem com a busca por padrões e redes de encontro, ao mesmo tempo que necessitam se destacar e mostrar as suas individualidades, é um elemento que deve ser considerado tanto do ponto de vista das políticas públicas, quanto do ponto de vista da organização da educação no âmbito da escola.

O que percebemos, a partir das percepções relatadas, é que estas e estes estudantes são direcionados para compreender a importância da profissão e do meio no qual o profissional se insere.

A pandemia, como também é perceptível, está vinculada aos fatores econômicos – indo da economia às políticas econômicas e de bem estar, passando pelo comércio mundial e pelos *circuit breakers*. Acreditamos que, por isso, todas e todos quem responderam ao nosso questionário tenham afirmado que o Curso pode auxiliar a encontrar alternativas nos desafios pós pandemia.

Contudo, por estarem mais familiarizados com o assunto, não é de se surpreender que as respostas das e dos estudantes tenham apontado para perspectivas de uma conjuntura marcada pelo crescimento reduzido e pelo aprofundamento da crise. Isso decorre da compreensão que existe uma falta de resposta do governo brasileiro quanto à batalha contra a pandemia, que não tem conseguido reverter o aumento diário do número de casos e de mortes, além do aumento do desemprego e da instabilidade econômica e política.

Quanto à saúde, é comum relacionarmos o corpo físico ao sentido geral de saúde. Principalmente durante uma pandemia, estar saudável parece significar não ter o vírus em nossos corpos. As respostas que recebemos sugerem, o que é algo a explorar, que mesmo

que houvesse alguém nas famílias destas e destes estudantes com uma gripe forte, a resposta seria que estavam todos saudáveis, pois não seriam portadores do vírus.

Os questionários foram aplicados em momentos diferentes do curso da pandemia (em junho e em setembro de 2020). Deste modo, se as respostas são de alguma forma convergentes, elas revelam também momentos distintos da percepção da pandemia e da situação social, política e econômica nacional. Não cremos que isso desvalorize as conclusões apontadas, mas é algo a ser discutido numa próxima investigação sobre o tema.

Se as mudanças das rotinas - da convivência diária com amigos e familiares próximos, à preocupação em contrair o vírus, passando pelas alterações nas formas de comunicação e relacionamento sociais - parecem explicar as manifestações da ansiedade, do nervosismo, da depressão etc. uma pergunta que fica é sobre qual é o papel da Universidade no diálogo com essa juventude e na promoção de políticas para ela?

Nesse momento, pensamos então que a educação – e não apenas o conhecimento - pode ser um instrumento de conquista da autonomia e da liberdade crítica. Paulo Freire (1973; 1976) ajuda a entender que a educação das pessoas, especialmente das que são jovens, contribui para que as palavras, os comportamentos, as emoções (o amor, a paixão, a alegria, dentre tantas), o saber e o modo de ser no mundo produzam uma "pedagogia do contentamento". Ela é essencial para conseguirmos achar saídas, perguntando-nos sobre o que e como fazer para mudar esse mundo.

## Referencias

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 93-107, novembro de 2005. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200005>. Acesso em 06 de julho de 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. Punk: cultura e arte. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 747-770, dezembro de 2008. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-87752008000200024>. Acesso em 06 de julho de 2020.
- LORDE, Audrey Geraldine. **Sister Outsider**. Berkeley, CA: Ten Speed Press, 1984.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 5-14, maio-dezembro de 1997.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, vol. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 15-24, maio-dezembro de 1997.

PEREGRINO, Mônica; PINHEIRO, Diógenes; SOUZA, Luiz Carlos de. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, DS-FCS, v. 31, n. 42, pp. 127-150, enero-junio de 2018.